



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Exortar o Governo a criar mecanismos eficientes de longo prazo no domínio dos cuidados de saúde

O Governo encomendou um estudo sobre o seguro universal de saúde à Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, com o objectivo de recolher as opiniões da população e estudar a viabilidade e a necessidade de implementar tal seguro. O relatório deste estudo foi recentemente divulgado, e é indubitavelmente significativo para as futuras políticas de saúde de Macau.

Segundo os inquiridos, há dificuldades em angariar dinheiro para o seguro universal porque todos têm de pagar, isto é, as três partes - trabalhador, empregador e Governo -, e este tipo de seguro não consegue resolver todas as questões de saúde, por isso, 66% preferem que se mantenha o regime actual. Para além disso, o Centro Hospitalar Conde de São Januário disponibiliza cuidados de saúde e consultas de especialidade gratuitos a vários grupos de pessoas, nomeadamente, grávidas, mulheres à espera do parto ou pós-parto (durante um mês e com declaração médica), crianças até aos 10 anos, idosos com mais de 65 anos, alunos do ensino primário e secundário, funcionários públicos, pessoal docente, indigentes, pacientes oncológicos, pacientes com doenças mentais, pacientes com doenças infecto-contagiosas, toxicodependentes e titulares do cartão de registo de avaliação de deficiência, portanto, a maior parte dos residentes acha que o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

actual regime oferece mais garantias. É de notar que se o Governo mantiver o actual regime, também não pode ignorar as necessidades de serviços de especialidades médicas dos residentes com idades entre os 11 e os 64 anos, nem o desenvolvimento do mercado privado de saúde.

O referido relatório refere ainda que Macau não tem, por enquanto, condições para promover um seguro universal, mas sugere a criação de um mecanismo de financiamento de saúde para catástrofes e a atribuição de vales de seguros de saúde, medidas estas que podem servir de referência e merecem ser ponderadas, para resolver o problema dos residentes que não têm dinheiro suficiente para as consultas médicas, protegendo-se assim aqueles que não podem aceder aos serviços de especialidades gratuitos. Assim sendo, o Governo deve ponderar activamente sobre os aspectos sugeridos no relatório.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O relatório do estudo sobre o regime de seguro universal já foi divulgado, então, o que é que os Serviços de Saúde vão fazer em relação às sugestões constantes desse relatório?
2. Com base na actual distribuição de recursos e nas políticas de saúde, as autoridades devem continuar a seguir a estratégia de “tratamento eficaz privilegiando a prevenção”, e definir uma política em que “os cuidados de saúde primários assumem o papel principal e os seguros de saúde um papel secundário”, para que os residentes que não usufruem de serviços de especialidade gratuitos possam aceder a estes serviços através do regime de seguro de saúde e obter a devida protecção. Vão fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Para criar mecanismos eficientes de longo prazo e dinamizar o mercado da saúde privado, é preciso que mais residentes utilizem os serviços médicos privados. As autoridades devem então estudar o alargamento do âmbito de utilização dos vales de saúde e o aumento do respectivo montante. Vão fazê-lo? Devem ainda maximizar o papel das instituições médicas quer privadas quer sem fins lucrativos, com vista a aliviar a pressão das instituições médicas públicas. Vão fazê-lo?

8 de Novembro de 2019

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng